



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

MATRIZ DE RISCO

Contratação de empresa especializada para prestação de show artístico da atração musical CÉSAR MENOTTI E FABIANO, a ser realizado no dia 12 de junho de 2025, na Praça Etelvino Mendonça, em decorrência da 58^a (quinquagésima oitava) Feira do Caminhão “Festa dos Caminhoneiros”

Fase: Execução contratual de empresa prestadora de serviços técnicos especializada na apresentação artística do cantor CÉSAR MENOTTI E FABIANO.

A Matriz de Risco é composta de:

1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. Avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

DESCRITOR	DESCRICAÇÃO	NÍVEL	NÍVEL	
			Muito Baixa	Muito Alta
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos
Baixa	Evento usual e esperado, muito embora raro, na história de sua ocorrência	2	Baixa	Impacto mínimo nos objetivos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Média	Impacto médiano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4	Alta	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade de recuperação	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5	Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

	Baixo	Médio	Elevado
3 - 7			
8 - 14			
15 - 21			

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.



Assim, temos a seguinte Matriz de Risco:

Fase	Evento de Risco	Causas*	Consequências*	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Resposta*	Responsável
Planejamento	Recusa na assinatura do instrumento	“Mergulho” no preço proposto; não disponibilidade da artista já almejada.	Não formalização de instrumento e assim, ficaremos sem o serviço artístico necessário	4	4	4	Ação de contingência: Realizar novo procedimento; abertura de PAAP.	Contingência: Ação de contingência: Realizar novo procedimento; abertura de PAAP.
Planejamento	Escolha inadequada do empresário que representa a artista.	Falta de rigor na seleção do prestador, que não pesquisou o mercado, não observou a qualificação	Prejuízo para qualidade do artista-almejado, dificuldade no cumprimento das obrigações legais, sanções	3	4	3	Contingência: Realizar pesquisa de mercado abrangente, com análise criteriosa dos requisitos de qualificação	Equipe de Planejamento da Prefeitura Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Folha №

<p>Requisitos de qualificação técnica, experiência e competências contratando, assim independentemente por empresário ou pertencente.</p>	<p>técnica, experiência e competência de sentido de identificar o empreendimento pertinente. Adotar as medidas legais pertinentes conforme item 17.25 e 18.22, do Termo Referência para reaver os possíveis valores despendidos, antecipadamente.</p>	<p>Contingência: Elaborar uma justificativa demonstrando a necessidade do serviço e a notória reputação da artista, com base em objetivos e fundamentados. Documentar todo o processo de forma</p>
<p>Contratação com base na notória reputação sem justificativa robusta, falta de documentação completa e detalhada que justifique a seleção.</p>	<p>Atraso na contratação, necessidade de realizar novo processo de seleção, questionamentos por órgãos de controle.</p>	<p>Questionamentos sobre a notória reputação do artista.</p>
<p>Planejamento</p>	<p>3</p>	<p>3</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.</p> <p>Estabelecer um canal de comunicação claro e transparente com a contratada.</p> <p>Monitorar continuamente o desempenho da contratada.</p> <p>Adotar as medidas legais pertinentes, conforme item 17.25 e 18.22, do Termo Referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>Contingência</p> <p>Prever no contrato mecanismos de reajuste de preços com base em índices oficiais.</p>	<p>Equipe de Planejamento da Prefeitura Municipal e Gestão Contratual</p>
	<p>Inflação</p> <p>Impacto no orçamento da Prefeitura Municipal.</p> <p>Necessidade de reajuste de preços dos serviços adicionais não previstos.</p>	<p>3</p>
<p>Elevação dos custos</p> <p>Gestão do Contrato</p>	<p>Elevação dos custos</p> <p>Gestão do Contrato</p>	<p>4</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>mitigatórias, acaso o evento verifa a se materializar, em caráter residual, estudar viabilidade ou não de contratação de banda diversa, emergencialmente.</p>	<p>em última análise pode vir a prejudicar expressividade do evento, público, bem, conseguiu resguardar a preservação da cultura junina.</p>	<p>De modo prévio a modo de atentar-se para tais alterações durante execução contratual, e empreender os apostilamentos necessários, na forma do Art. 136, da lei federal Nº 14.133/2021.</p> <p>A caso inviável, rescindir o instrumento contratual, antes da plena e efetiva execução contratual, substituí-lo por outro que o possa fazer, como a</p>
<p>Gestão do Contrato</p>	<p>Fatores externos alheios à vontade administrativa que incidem sobre a avença, como a cisão, incorporação da contratada por outra empresa, ou ainda, remanejamento de recursos que torna insubstancial a dotação originalmente concebida para os pagamentos.</p>	<p>2</p> <p>3</p> <p>Art. 884, da Lei Federal Nº 14.133/2021.</p>
<p>Alteração de requisitos secundários da contratação, como a identificação da empresa, ou a fonte por qual correia os pagamentos dos serviços.</p>	<p>consequente inviabilidade do pagamento pelos serviços assiduamente prestados, podendo ocasionar em contendas judiciais por enriquecimento ilícito, na forma do</p>	<p>Contratante e/ou Contratado desidioso</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

adoção da liturgia entabulada no Artº 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Em caráter residual, 'acaso' nenhuma outra medida surta efeito, estudar:

a viabilidade, e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.

Ainda, 'acaso' o licitante execute o serviço, mas tenha como vir a liquidá-lo seu pagamento, pelos motivos acondicionados neste tópico, pagá-lo mediante indenização, bem como instaurar o competente procedimento de apuração de responsabilização.

Adotar as medidas legais pertinentes, conforme item 17.25 e 18.22, do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>Gestão do Contrato</p> <p>de referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de clareza acerca das responsabilidades e procedimentos para conduta dos processos administrativos com vistas à apuração de infrações relacionadas à execução do contrato, e normas pertinentes para condução desses processos esparsas, levando à não instauração dos processos ou à</p>	<p>consequente inadequade dos procedimentos, quando aplicados, impossibilidade de sancionar contratos pelas infrações cometidas, sensação de impunidade, ambiente propício à recorrência de irregularidades na execução do contrato.</p>	<p>De modo prévio, pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, caso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover</p>
<p>Termo de referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela elaboração das diretrizes.</p>	<p>5</p>	<p>Contratante e/ou Contratado desidioso</p>



<p>Instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (P. ex., estabelecimento da conduta, tipificação, nexo de causalidade, culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)</p>	<p>continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos licitantes, para execução, de forma remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021. Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.</p>	<p>De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de</p>
<p>Gestão do Contrato</p>	<p>Falta de previsão de sanções para especificas obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das</p>	<p>levando à dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, determinar o prejuízo causado e de calcular a sanção proporcional a ele, com consequente dificuldade para</p>
		<p>Contratante e/ou Contratado desidiosos</p>





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>contratar o serviço por meio diverso.</p> <p>Adotar as medidas legais pertinentes conforme item 1725 e 1822, do Termo Referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes.</p> <p>Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos.</p>
<p>Falta de consideração da dosimetria na aplicação de sanções (Lei 14.133/2021, art. 156, § 1º; natureza e a gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)</p>	<p>levando à falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequentes questionamentos e anulação das sanções.</p>
<p>Gestão do Contrato.</p>	<p>Ausência e/ou capacitação da equipe responsável pela fiscalização.</p>



Gestão do Contrato	Falta de atualização ou intempestiva do Cadastro Nacional de Empresas	Tal evento pode ser originado tanto da falta de capacitação da equipe técnica responsável	falta de publicidade da sanção aplicada e à ilegalidade por afronta ao art. 161 da Lei	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica, quando estabelecer um fluxo administrativo



Indômeas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punitivas (Cnep)	<p>e quanto influjo de demandas assobrante, levando a não disponibilização dos serviços em tempo hábil para tanto</p> <p>e consequente ineficácia da participação indevida em licitações e/ou por outras organizações públicas, com empresas restrições.</p> <p>14.133/2021, com a consequente ineficácia da participação indevida em licitações e/ou por outras organizações de com empresas restrições.</p>	<p>equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021.</p> <p>Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito,</p>
---	---	---



<p>Gestão do Contrato</p> <p>estudar viabilidade de pertinência para contratar o serviço por meio diverso.</p>	<p>Divulgação dos termos contratuais, inerente as sanções e, eventuals litigios. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo com consequente desflagração do PAAD; bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do</p>
<p>Desconhecimento por parte dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, quanto ao que podem ser aplicadas</p>	<p>execução contractual com aplicação intempestiva de sanções ou sem aplicação de sanções, com consequente não atendimento da necessidade de contratação, atritos entre as partes e contratações reiteradas de empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, não apresentam registros que as desabonem, bem como judicializações.</p>
<p>Gestão do Contrato</p> <p>Falta de transparéncia quanto aos termos pactuados.</p>	<p>Contratado/ Fiscalização do termo com consequente desflagração do PAAD; bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Art. 9º da Lei Nº 14.133/2021.	Em caráter residual, não aassocia nenhuma outra medida surta efeito, estudar viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.		Capacitação do servidor responsável por elidir a situação, em especial, com a prestação dos serviços de subterfúgios que auxiliem na apreciação da dimensão do erro materializado, com vista à manutenção do contrato intrígeo; ou em não sendo possível, adotar medidas administrativas diversas, como, a convocação de
Gestão do Contrato	Receio do gestor de responsabilizado pela manutenção de contrato evitado de ilegalidade de insanável ou entendimento de que viciado deve ser anulado a todo custo	Falta de discernimento sobre os impactos inerentes a cada evento que possa vir a se consubstanciar, no sentido de não conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou não.	Anulação precipitada do contrato, sem uma avaliação prévia dos impactos da medida, com consequentes prejuízos ainda maiores ao interesse público, incluindo a interrupção de atividades essenciais e a condenação a indenizar o licitante contratado por danos e perdas sofridos (caso a
			Contratado/ Fiscalização



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

	Illegalidade, seja de sua responsabilidade.	licitante para execução remanescente, na forma do § 6º do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021. Em caso de nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.
--	---	--

Observações:

- A Matriz de Risco deve ser atualizada periodicamente, de acordo com as alterações que possam ocorrer durante a execução contratual.
- É fundamental analisar os riscos e adotar medidas preventivas para aumentar as chances de sucesso na contratação e na execução dos serviços, garantindo uma gestão tributária eficiente, transparente e em conformidade com a legislação.

Referência legal:

- ✓ Art. 92, inc. IX, da Lei nº 14.133/2021.

Itabaiana/SE, em 17 de fevereiro de 2025.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para conhecimento e para a fiscalização da contratação e demais providências cabíveis.

Folha Nº
[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Chominon D. obs ab Jr
Cleverton Teles de Jesus
(Membro convidado)